

En Puerto Rico, por el contrario, donde el azúcar nunca había sido tan determinante para el ascenso de una élite criolla, la industria azucarera sucumbió rápidamente frente a los competidores de Cuba, Brasil, Luisiana o Europa. La agricultura permaneció más diversificada, con un alto porcentaje de fincas de subsistencia. El efecto colateral era la menor demanda de esclavos, por lo que la demografía puertorriqueña adquirió características marcadamente distintas a la cubana.

Esta diferencia socioeconómica que se abrió entre Cuba y Puerto Rico durante el siglo XIX se manifiesta en el desarrollo de distintas culturas políticas. El último artículo, publicado inicialmente en la *Revista Mexicana del Caribe* en 2001, es particularmente valioso no solamente por comparar y analizar las trayectorias de las tres grandes naciones hispanicas en el Caribe, sino por que vincula estas diferencias con la dinámica de sus respectivas relaciones con el gran dominador del Caribe a partir de mediados del siglo XIX, los Estados Unidos.

Como Martínez-Fernández afirma acertadamente, el Caribe siempre ha sido un espacio tejido con las primeras instancias de la globalización desde el comienzo de la colonización europea. *Frontiers, Plantations, and Walled Cities* invita a pensar las conexiones, desvinculaciones, similitudes y diferencias de su devenir histórico. Sin embargo, reeditar artículos científicos que en algunos casos han sido escritos hace casi 20 años y que se basan principalmente en la relectura de la historiografía existente en ese momento, sin aportar nuevas fuentes, nos lleva a la pregunta de su relevancia para los debates actuales. Los artículos sobre la invisibilidad y reclusión de la mujer blanca de la vida pública en La Habana o los comienzos del protestantismo en el Caribe plantean preguntas interesantes sobre tópicos de la historia social relativamente poco

estudiados. Sin embargo, ya no están al tanto de las discusiones más recientes. Por lo general parece que para editar esta colección el autor cambió solamente la introducción de algunos artículos y no intervino más en la argumentación. Además, no se han corregido fechas erróneas, como la de la conspiración de la Escalera en la región de Matanzas y La Habana en Cuba, que el autor fija en el año 1848 (de hecho tuvo lugar en 1843/1844). También los datos concernientes a la subida de los precios de esclavos en Cuba a mediados del siglo XIX parecen exagerados (p. 21), teniendo en cuenta estudios cuantitativos más recientes. En resumen, se puede constatar que la edición de estos artículos tiene valor como introducción a algunos temas del Caribe hispanico todavía poco estudiados y por su énfasis en la visión historiográfica comparativa e integrada, aclarando que no todos reflejan hoy en día los debates actuales.

Jochen Kemner
(Universität Bielefeld)

Tim Wätzold: *Vom kaiserlichen zum nationalen Koch. Ernährungsgeschichte des brasilianischen Kaiserreichs. Proklammerung der "brasilianischen Küche" als Teil des nationalen Identitätsbildungsprozesses im Kaiserreich Brasilien 1822-1889*. Mettingen: Brasilienkunde-Verlag 2011. 285 páginas.

Tradução: *A Proclamação da cozinha brasileira como parte do processo de formação da identidade nacional no Império do Brasil 1822-1889*. Belo Horizonte: TCS Editora 2012. 348 páginas.

Em sua tese de doutorado, Tim Wätzold, historiador com formação e experiência profissional de cozinheiro, estuda os costumes de alimentação no Brasil

imperial. Partindo do desenvolvimento da literatura de receitas, analisa o surgimento – ou a “proclamação” – da cozinha supostamente típica brasileira, interpretando o como parte do processo de formação da identidade nacional. Além de sete livros de receitas, publicados em diversas edições a partir de 1840, as suas fontes são relatos de viagens, artigos de revistas e jornais, menus da elite carioca e coletâneas de receitas escritas à mão. Depois de apresentar, de forma clara e sucinta, os conceitos teóricos de “identidade nacional” e “identidade cultural”, incluindo o papel da culinária, expõe em três grandes blocos os hábitos alimentares no Brasil, a cozinha durante o período imperial e os livros de receita.

No capítulo sobre a alimentação no Brasil, Wätzold descreve, seguindo as atuais regiões administrativas brasileiras, as características geográficas, as espécies comestíveis da flora e fauna e os pratos elaborados a partir delas. Esta parte relativamente volumosa é instrutiva, mas embora inclua algumas alusões históricas, não deixa de ser uma coleção de fatos isolados. O autor apresenta, em seguida, a culinária colonial que se desenvolveu a partir de uma base indígena com complementos introduzidos pelo intercâmbio ecológico, para além da inclusão de certos gêneros alimentícios importados, como o bacalhau. Elementos da cozinha africana são mencionados sem apreciação específica. As contribuições de imigrantes vindos de outras nações são ignoradas, restringindo-se o autor a breves referências de sua existência.

Segue o capítulo sobre a cozinha do período imperial. Enquanto que o autor carece de fontes apropriadas para a análise da cozinha das camadas mais humildes, ele apresenta detalhadamente os menus das recepções festivas da elite carioca, escritos em sua maioria em francês, mas compostos tanto de iguarias européias

como de brasileiras. Desde a vinda da corte para o Rio de Janeiro em 1808 e de forma reforçada a partir dos anos 1850, devido ao uso crescente de navios a vapor, houve uma forte europeização da cozinha das camadas mais altas, incluindo a das elites no interior do país. Como também na análise das coletâneas de receitas escritas a mão, que foram frequentemente copiadas de livros de receitas, o olhar do autor está voltado sobretudo para o “interessante”, destacando mais o curioso do que o padrão. O leitor, por exemplo, fica sabendo que numa das coletâneas de receitas um “Licor de cação” é preparado com açúcar de Hamburgo, sem que a razão desta proveniência remota seja esclarecida.

A terceira parte versa sobre os livros de receitas do período imperial. Descreve como o “Cozinheiro Imperial”, o primeiro deles, adota o discurso padrão sobre a civilização, característico do Brasil da época. Alega-se nele que a culinária não só era uma arte útil, mas também indispensável para o homem civilizado, e argumenta-se que como o Brasil ainda não dispunha de um livro correspondente, publicava-se este. A maior parte das receitas do livro, no entanto, não eram de origem brasileira, mas copiadas de livros portugueses. Só a partir da quinta edição, de 1869, foram incluídas receitas explicitamente brasileiras, entre as quais o primeiro prato com a designação “à Brasileira”. É assim que, para Wätzold, o “mais importante e mais autêntico” livro de receitas foi o “Cozinheiro Nacional”, publicado pela primeira vez entre 1874 e 1880. Em sua introdução os editores proclamam ser “tempo que este país se emancipe da tutela Europeia”, pretendendo por isto apresentar “seu caráter natural, livre e independente de influências estrangeiras” em relação à culinária. Wätzold avalia este juízo como característico para a obra, embora, como ele mesmo admite, algumas das receitas

apresentadas não pareçam verossímeis. Mesmo assim, realça inúmeras receitas que qualifica como “autênticas”, mas omite uma reflexão aprofundada sobre o conceito de autenticidade no contexto da identidade nacional em formação. Para o autor, “autêntico” parece ser tudo que é feito de ingredientes regionais, preparado com técnica tradicional ou intitulado de “à brasileira”. Assim lhe escapa não só o confronto com a realidade vivida pelo povo, mas também o complexo processo de inclusão, exclusão e transformação de elementos na preparação dos alimentos.

No final do livro, o autor sublinha a singularidade desta cozinha ser tão pronunciadamente “nacional”, em comparação às cozinhas européias, mas também no contexto latino-americano. Não oferece explicações para o fenómeno, além de aludir vagamente a objetivos políticos e econômicos possivelmente associados à produção dos livros brasileiros de receitas. Conclui a sua abordagem afirmando que, durante o período estudado, uma “cozinha brasileira” só existia como construção cultural discursiva e que hoje ela é vista como uma federação de cozinhas regionais, com algumas particularidades que se destacam como brasileiras por romperem as fronteiras geográficas e sociais. Em suma, trata-se de um livro que se baseia numa larga erudição, sem no entanto ligar as diversas partes entre si. Apresenta separadamente a teoria, o contexto, e as fontes, abstando-se de uma interpretação integral. Apesar da abordagem inovadora e estimulante, perdeu-se um pouco a oportunidade de produzir uma exposição de profundidade argumentativa que dialogasse com a literatura existente sobre o problema da formação nacional brasileira.

Jorun Poettering
(Rio de Janeiro)

Agustín Sánchez Andrés/Fabián Herrera León (eds.): *Contra todo y contra todos. La diplomacia mexicana y la cuestión española en la Sociedad de las Naciones, 1936-1939*. Santa Cruz de Tenerife/Las Palmas de Gran Canaria: Ediciones Ideas 2011. 416 páginas.

Este libro aborda las relaciones triangulares diplomáticas entre México, España y la Liga de las Naciones (LDN).¹ Los autores elaboran una vista conjunta desde la perspectiva del gobierno de México, del gobierno republicano de España y de la LDN (incluyendo la Asamblea, el Consejo y la Secretaría). Dado que la LDN nunca hablaba con una sola voz, se incorporan en el análisis los puntos de vista de los representantes de Francia, Inglaterra, Italia (que se retiró en diciembre de 1937) y la Unión Soviética. También se hace hincapié en la política exterior de Alemania que abandonó la LDN en octubre de 1933.

Una vez consumida la revolución, los nuevos gobiernos mexicanos tenían que redefinir sus relaciones exteriores. Esta tarea fue bastante complicada, no solamente a nivel bilateral, sino también en el ámbito de política internacional; asimismo México no pudo ingresar en la LDN a raíz de la resistencia de EE. UU., Inglaterra y Francia. La Cancillería mexicana, entonces, esperaba disculpas que nunca llegaron. Además, tuvo reservas acerca de la Doctrina Monroe, mencionada en el Pacto y cuestionó la falta de igualdad. A pesar de los esfuerzos emprendidos por los representantes de otras naciones en Ginebra —entre éstos destacaron los latinoamericanos—, tuvieron que pasar más que diez años hasta que finalmente se produjo el ingreso de México en el espacio

1 Los autores prefieren para este organismo de política internacional la noción Sociedad de Naciones.